

# ASPECTOS HISTÓRICOS E PRÁTICOS DE INTERPRETAÇÃO

Tito Lívio Cruz Romão<sup>1</sup>

## Resumo

*Este artigo trata de estudos e pesquisas recentes sobre a presença de intérpretes em vários períodos da história, desde a Idade Antiga até a sociedade contemporânea. Além disso, fornece dados acerca de aspectos práticos da interpretação como objeto de estudo e como profissão.*

**Palavras-chave:** interpretação; história; desenvolvimento.

## Abstract

*This article deals with recent studies and researches on the presence of interpreters at various periods in history, from ancient times till the contemporary society. Besides, it gives information about practical aspects of interpretation as a subject of study and as a profession.*

**Key-words:** interpretation; history; development.

Desde que os seres humanos começaram a fazer uso da palavra falada, desde que se teve as primeiras notícias da existência do homem político e do homem econômico sobre o mundo, desde que diferentes povos falando diferentes línguas entraram em contato para troca de idéias ou interesses mútuos, pode-se afirmar que houve a necessidade da utilização de intérpretes. A partir dessa idéia, pode-se afirmar ser uma árdua tarefa precisar exatamente a data de surgimento do ofício de intérprete, já que não se pode estabelecer com exatidão onde e quando foram estabelecidos os primeiros contatos comerciais, políticos ou diplomáticos entre dois ou mais povos.

A tradução, por sua vez, por basear-se em documentos escritos ou esculpidos, é mais facilmente ligada a documentos históricos associados a um passado distante ou longínquo, tais como a Pedra da Roseta, escrita em hieróglifos,

em demótico e em grego, decifrada por Champollion, a Vulgata de São Jerônimo ou a tradução inovadora da Bíblia empreendida por Martinho Lutero.

Segundo Ingrid Kurz (Woodsworth/Delisle, 1995:263), os vestígios mais antigos que podem servir de prova da utilização de intérpretes são inscrições encontradas nas tumbas dos príncipes de Elefantina, datadas do terceiro milênio a.C., em que se enumeram os diversos títulos destes nobres, incluindo-se o ofício de intérpretes. Tais príncipes viviam numa região de fronteira bilíngüe do império faraônico egípcio, fazendo-se necessário, portanto, o emprego de intérpretes sobretudo em relação a questões militares e diplomáticas.

No mesmo livro de Woodsworth/Delisle (1995:286), encontra-se uma reprodução fotográfica de uma imagem em baixo-relevo encontrada na tumba do faraó Horemheb que reinou em Mênfis como sucessor de Tutancâmon. À extrema direita da foto, vêem-se a rainha e Tutancâmon. Numa dimensão menor que a do faraó, vê-se a imagem de Horemheb, então vice-rei e chefe dos exércitos de Tutancâmon. Horemheb aparece atuando como intermediário entre o faraó e o intérprete que está localizado no centro e apresentado em dimensões ainda mais reduzidas, o que aponta para o seu valor hierárquico ainda menor perante o alto dignatário. É interessante observar que o intérprete aparece como uma imagem dupla, voltado para os dois lados opostos, mostrando, assim, a sua figura de mediador entre o faraó e os emissários sírios e líbios presentes no lado esquerdo da escultura.

Se os egípcios utilizavam intérpretes a fim de, dentre outras coisas, tratar de assuntos militares, podem-se, ao longo da história das sociedades, destacar os mais diversos exemplos que mostram o emprego destes profissionais por motivos religiosos, políticos, comerciais etc. Focalizando o pro-

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Letras Estrangeiras da UFC, aluno do Doutorado em Tradução e Interpretação da Universidade de Viena, Áustria.

blema lingüístico dos hebreus de alguns séculos atrás, Woodsworth/Delisle (1995: 253<sup>2</sup>) afirmam:

*Como o Judaísmo não é uma religião proselitista, não deu origem a um tipo de trabalho missionário como o associado ao Cristianismo. Não obstante, a fé judaica dependeu durante séculos de intérpretes, principalmente porque o hebraico deixara de ser a língua veicular do povo hebreu. Após o exílio babilônico (586-538 d.C.), um grande número de hebreus falava aramaico que também era a língua diplomática da época. Por conseguinte, fazia-se necessário a tradução do hebraico para o aramaico, e vice-versa, para um público misto. Entre o século V a.C. e o século VI d.C. (e certamente até o século X), havia intérpretes atuando na Palestina e na Babilônia, tanto em tribunais como em escolas talmúdicas e academias. Normalmente trabalhavam com o rabino com quem haviam estudado e cujos pensamentos e ensinamentos conheciam muito bem.*

Voltando-se a atenção para o século dos grandes descobrimentos portugueses e do início da colonização brasileira, pode-se ver muito bem o entrelaçamento de objetivos militares, comerciais e religiosos na atividade de intérpretes. No lado religioso, temos, ao longo de alguns séculos, a atuação dos jesuítas portugueses e espanhóis no território brasileiro, servindo primeiramente como “descobridores” dos idiomas dos indígenas para, em seguida, funcionarem como formadores de opinião religiosa através da catequese e até mesmo como modeladores de uma língua geral. Uma vez que padres como José de Anchieta ou Manuel da Nóbrega se dedicaram tanto ao estudo das línguas nativas brasileiras, chegando até mesmo a escrever gramáticas, não se pode deixar de lado uma provável atuação daqueles jesuítas como intérpretes intermediando assuntos de interesse da Coroa ou da Inquisição.

A história dos descobrimentos da América registra a preocupação que os capitães-mor tinham em conseguir intérpretes que os auxiliassem em suas novas conquistas. É o caso de Colombo, como nos mostra Vicente G. Arnaud (1958:15) em uma ampla pesquisa sobre a história da profissão de tradutor público na Argentina e na América Latina em geral:

*Na América, a história dos intérpretes se inicia desde o momento mesmo em que Cristóvão Colombo estabelece comunicação com os nativos da terra que descobriu no dia 12 de janeiro de 1492. Seus intérpretes de árabe e hebreu de nada lhe serviram para entender os índios. Ao continuar sua viagem, do dia 14 de outubro, adota como primeira medida embarcar seus índios para utilizá-los como guias e futuros intér-*

*pretes. O cativo de maior atuação, batizado Diogo Colombo logo após sua chegada à Espanha, tomou parte da segunda viagem do almirante, prestando-lhe grandes serviços. Colombo sempre teve uma preocupação constante em se prover de intérpretes e, nesse sentido, aconselhou à Coroa Espanhola e aos expedicionários que seguissem seu exemplo.*

Como ao longo de quase todo o século XV a Europa ainda não sabia da existência concreta do Novo Mundo, os grandes navegadores ou seus contratadores preocupavam-se em conseguir intérpretes para aquelas línguas exóticas já conhecidas. No caso da América espanhola, à medida que os vice-reis foram aprofundando seus trabalhos de colonização foram-se aperfeiçoando mais e mais as ordenanças e leis referentes ao ofício dos intérpretes, obedecendo-se a diretrizes da Metrópole. Arnaud (17) nos leva de volta ao ano de 1556 quando, por meio de Cédula Real emitida em Valhadolid, Espanha, em 9 de outubro de 1556 (Recompilação de Leis das Índias, Lei 28, tít. 15, liv. 5), ordenou-se que, nos juizados administrativos, os funcionários de El Rey fizessem divulgação dos informes oriundos das autoridades junto aos índios residentes no interior, inclusive nos povoados mais longínquos, para que, desta maneira, os nativos pudessem solicitar justiça com relação a possíveis agravos que viessem a sofrer. Poucos anos mais tarde, em Arequipa, no Vice-Reino do Peru, o Vice-Rei Dom Francisco de Toledo estabelecia as funções de intérprete geral dos índios para as línguas quéchua, puquina e aimará, nomeando, dentre outros, Gonzalo Holguín, pessoa de sua confiança que dominava os três idiomas nativos supramencionados, que passaria a gozar de “todas as graças, mercês, franquezas e liberdades, prerrogativas e imunidades” (cf. Arnaud, 1958:40-41) que emanavam de um ofício que se assemelhava ao de um oficial de justiça.

Enquanto isso, no início do século XVI, o Brasil também passa a ser palco de transações comerciais, invasões, negociações políticas entre conquistadores e tribos, genocídios, destruição de matas, culturas e tradições, tudo acontecendo, de modo geral, com o auxílio de intérpretes. Eis uma cena descrita por Eduardo Bueno (1998a: 98), acontecida no dia 23 de abril de 1500:

*Então, na areia, às margens daquele regato, entre a mata e o mar, os portugueses viram “homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito”. A um sinal do comandante-mor, os capitães dos outros navios embarcaram em batéis e esquifes (barcos pequenos, tipo escaler) e se dirigiram à nau capitânia para uma breve reunião. Logo após ela, Cabral decidiu enviar à terra o experiente Nicolau Coelho, que estivera na Índia com Vasco da Gama, “o judeu da Índia” - que,*

<sup>2</sup> Todas as citações contidas no presente artigo, retiradas de livros escritos originalmente em línguas estrangeiras (alemão, espanhol e inglês), foram traduzidas e adaptadas pelo autor deste trabalho.

*além do árabe, falava os dialetos hindus da costa do Malabar -, mais um grumete da Guiné e um escravo de Angola. Os portugueses conseguiram reunir, assim, a bordo de um escaler, homens dos três continentes conhecidos até então, e capazes de falar seis ou sete línguas diferentes. (Bueno 1998, 90)*

O Brasil será alvo de conquistadores de vários pontos da Europa, todos interessados em explorar as pedras preciosas, as plantas e as especiarias, as madeiras de lei e os frutos da terra que se escondiam em uma terra exótica e exuberante. Além de se armar com poderosos canhões, os conquistadores tentavam se municiar de recursos humanos capazes de servir de elo entre dois mundos totalmente distintos que falavam línguas totalmente diversas. Veja-se a seguir um exemplo que nos leva a conquistadores italianos baseados na Normandia e à técnica que utilizavam para obter um melhor acesso aos povos autóctones do Novo Mundo:

*Foram as viagens de Girolamo Verrazano que estabeleceram a rota ideal e os métodos de coleta de pau-brasil para as expedições seguintes dos franceses, cada vez mais freqüentes a partir de então. Também é provável que tenha sido esse navegante toscano quem inaugurou o costume de deixar “intérpretes” normandos para viver entre os indígenas do Brasil e recolher as cargas de “bois rouge”. (Bueno 1998, 99)*

Na Recompilação de Leis dos Reinos das Índias, mandada imprimir por D. Carlos II, rei de Espanha em 1680, apresenta-se de maneira inequívoca a preocupação dos Reis Católicos de que os descobridores levassem consigo intérpretes e bem se informassem destas leis. O mais curioso é a lista de interesses apresentados por Sua Majestade que dispensava atenção especial aos mais diversos campos de atuação do ser humano, desde aspectos políticos, passando por religiosos e agrícolas, até questões tributárias. Apoiando-se numa cópia do ano de 1841, uma quinta edição do original surgido um século e meio antes, Arnaud (1958:53) permite-nos ter acesso a um trecho destas célebres ordenanças reais:

*Os que forem descobrir por mar e terra, procurem trazer alguns índios e intérpretes das partes onde estiverem, dando-lhes todo um bom tratamento, e, por seu intermédio, falem e pratiquem com os nativos da terra, procurando entender seus costumes, qualidades e forma de viver, informando-se sobre a religião que praticam, a que ídolos adoram, com que sacrifícios e maneira de culto o fazem; se há entre eles alguma doutrina ou gênero de letras; como se regem e se governam; se têm reis, e se estes ascendem ao cargo por meio de eleição ou por direito de sangue, ou se guardam uma forma de república por linhagens; que taxas e tributos dão ou pagam, ou de que maneira e a que pessoa; quais são as coisas que mais apreciam e quais as que há em sua terra ou as que trazem de outras partes pelas quais mostrem estima; se há metais, e de que qualidade, especiarias, drogas ou coi-*

*as aromáticas; e para melhor averiguar, tragam alguns destes gêneros; ademais, informem-se se há pedras preciosas daquelas apreciadas em nosso Reino; informem-se acerca das qualidades dos animais domésticos e selvagens, plantas, árvores cultivadas e não cultivadas, bem como do aproveitamento que fazem de tudo, bem como acerca das demais coisas de que não trata a presente Lei.*

Durante os séculos seguintes, viu-se que tal política, apesar de correta, não surtiria grande efeito pela falta de êxito na comunicação entre a Corte de expressão castelhana e os indígenas falando nos mais diversos idiomas. Para ilustrar, Arnaud nos dá um exemplo da problemática lingüística da época, demonstrando como era ineficaz a leitura e interpretação de informes oficiais. Segundo um auto do Senhor Governador de Mojos, D. Lazaro de Ribera, ordenou-se que o cacique Santos Gualama reunisse os índios na praça do povoado de São Pedro e que o intérprete lesse para eles o edital geral. Devido ao fracasso do serviço prestado, D. Lazaro de Ribera envia uma nota datada de 23 de outubro de 1790 a Victoriano Villava, juiz administrador do Juizado de Buenos Aires, descrevendo a situação (cf. Arnaud, 1958: 18):

*A informação secreta que V.Sa. enviou não atingiu o objetivo, pois, à exceção de um ou dois padres existentes em cada povoado e um administrador, em todo o resto do país a população, inclusive a da capital, compõe-se de índios totalmente separados do trato com os espanhóis, sendo que alguns deles são naturais do Peru. A esfera de seus conhecimentos resume-se a saber obedecer e nada mais. (...) Em uma palavra, afirmo a V.Sa. que a diligência de publicar ou interpretar o édito pode-se considerar como uma mera formalidade, sem nenhuma influência nos resultados obtidos por esse Juizado.*

A partir desse trecho, pode-se concluir que, não raro, intérpretes eram encarregados de um serviço sem que o público-alvo tivesse as mínimas condições culturais e lingüísticas de alcançar as informações contidas nas mensagens. No caso específico que citamos acima, percebe-se que, dentre os habitantes da população em questão (que deveria ser de fala guarani) havia alguns pertencentes a outras etnias, falando, portanto, outros idiomas. Naquela mesma época, observa-se já a preocupação de algumas autoridades com as questões de comunicação entre a Administração Pública e as várias faixas populacionais existentes. Em suas pesquisas realizadas no Arquivo Nacional de Madrid (Espanha) e no Arquivo Geral da Nação (Argentina), dentre muitos outros, Arnaud (1958:19) dá-nos notícia de mais dois casos de nomeação de intérpretes:

*[O Senhor Ouvidor Decano Dom Juan de Dios] Calvo [y Anquetera] nomeou, além de um oficial de justiça, dois intérpretes. A notícia levada a público em vários*

outros povoados. Em São José de Poopó, p.ex., depois de feita a comunicação, efetuou-se uma explicação no idioma aimará.

Em outro caso, segundo o disposto na Cédula Real de Arranjuez de 22 de junho de 1752, na Jurisdição de Residência, tomada do Governador do Paraguai, Marcos José de Larrazabal, por Dionisio García Romero, no dia 21 de junho de 1753, o Juiz nomeia José Luís Barreiro intérprete de guarani para atuar no âmbito daquele juizado.

Por meio destes exemplos, vê-se também quão bem organizada já se encontrava a burocracia hispânica em terras da Colônia do Novo Mundo. Naquela época, na América Espanhola, os intérpretes eram comumente chamados de *lenguas*, termo que tinha o seu correspondente direto na colônia portuguesa. É Eduardo Bueno (1999:48) quem nos mostra esse fato:

*De que forma Martim Afonso de Sousa e o chefe indígena que o visitou no Rio puderam conversar? Através de intérpretes. Naquele inverno de 1531, os lusos conheciam o Brasil há três décadas. Já sabiam, portanto, que os nativos do litoral eram, quase todos, da nação Tupi - e que falavam o mesmo idioma, chamados pelos portugueses de "língua geral". Como muitos dos integrantes da expedição de Martim Afonso eram veteranos de missões anteriores - comandadas por Cristóvão Jaques - alguns deles com certeza entendiam ou mesmo falavam tupi. Esses homens eram chamados de "línguas da terra". O marinheiro Pedro Annes - que vivera cinco anos no Rio - certamente era um deles. Por fim, se o indígena que Martim Afonso encontrou de fato era Tibiriçá, é provável que esse chefe tivesse noções da língua portuguesa, pois convivia com naufragos e degredados lusos há mais de 20 anos.*

A utilização de *lenguas* (também chamados *lenguas-races*) ou *línguas da terra* foi um fenômeno que acompanhou toda e qualquer tentativa de colonização no Novo Mundo conquistado. Em geral, empregavam-se homens para exercer tal tarefa. No Brasil, p.ex., demorou-se muito até a mulher ser aceita nos quadros profissionais de tradução e interpretação, como nos mostra a Collecção das Leis do Imperio do Brasil (cf. Campbell, 1983:121) que coloca as mulheres como primeiras pessoas a quem estava vetado o ingresso à carreira, ao lado de intérpretes que já houvessem sido destituídos de seus ofícios. No México colonial, todavia, uma mulher conseguiria entrar para os livros de História graças à sua atuação como intérprete. Eis aqui uma pequena descrição de Doña Marina (cf. Woodsworth/Delisle, 1995. 286-287):

*Doña Marina (1501-1550), também conhecida como "la Malinche", estava entre vinte jovens nativas oferecidas ao conquistador Hernán Cortés quase imedi-*

*atamente após a chegada deste a Tabasco, México. Fluente na língua dos astecas, o náhuatl, e no idioma falado na costa maia, diz-se ter ela aprendido rapidamente o castelhano. Atuava como intérprete de Cortés, era sua amante e deu-lhe um filho. Mostrou-se uma ajuda indispensável, frustrando emboscadas, captando as verdadeiras intenções do povo nativo, informando Cortés de rivalidades entre tribos, sugerindo caminhos de como estabelecer uma cooperação com eles etc. Atuava como uma "tenente" e conselheira do conquistador espanhol, embora não exista nenhum monumento para celebrar os seus singulares feitos. Apenas existe um vulcão extinto que leva seu nome.*

Nos dias de hoje, se se lançar um olhar em torno de qualquer curso de formação de intérpretes ou de um grupo de intérpretes trabalhando em uma conferência, saltará à vista a grande predominância feminina neste setor profissional. É comum, em cursos universitários europeus voltados apenas para a formação de intérpretes (e tradutores), observar-se uma presença de 70 a 80% de estudantes do sexo feminino em relação a seus colegas do sexo masculino, o que não difere em nada de cursos do gênero (ou afins, como é o caso dos Cursos de Letras) no Brasil.

Foi apenas no século XX que a carreira de intérprete tomou um grande impulso, sobretudo no que diz respeito à utilização de tecnologias modernas como meios de possibilitar o emprego de novas técnicas de interpretação. Ao contrário da tradução, que é ligada à palavra escrita, a interpretação parte da palavra falada. Ao se traduzir, transpõe-se material lingüístico-cultural escrito numa língua A, obedecendo-se a normas de ordem gramatical, semântica, idiomática, estilística, formal, dentre outras, para uma língua B. Na interpretação, por outro lado, este processo de transmissão de informações lingüístico-culturais de um sistema A para um sistema B, acontece basicamente a partir de material falado, apesar de, por vezes, o intérprete exercer seu trabalho a partir de um texto escrito que lê ao mesmo tempo em que o ouve.

O grande grau de aperfeiçoamento que a interpretação experimentou sobretudo no século XX fez surgir, ao longo de décadas, uma diferenciação das modalidades de interpretação, de acordo com os propósitos de cada situação de trabalho apresentada. Sob esta ótica, podem-se citar as seguintes modalidades de interpretação praticadas atualmente:

- a) interpretação de negociações (ou de negócios): o intérprete serve de ponte lingüístico-cultural entre pessoas que estão realizando algum tipo de negócio (normalmente na área econômica), exercendo a sua tarefa *in loco*, ouvindo o que a parte A afirma ou pergunta e imediatamente interpretando para a parte B o que acabou de ouvir; em seguida, realiza o processo inverso, de B para A; este tipo de interpretação é muito utilizado nos contatos entre

firmas estrangeiras, em feiras e exposições internacionais, em contatos diplomáticos e políticos etc;

- b) interpretação consecutiva: neste tipo de trabalho, o intérprete, diante de uma platéia, atua ao lado de um palestrante que irá fazer (ou ler) um discurso (ou palestra ou conferência) que poderá ser seguido de um debate com o público; para melhor exercer a sua tarefa, o intérprete consecutivo profissional normalmente faz uso de uma técnica de anotações que em geral se baseia, de acordo com o tipo de técnica utilizada, no emprego de abreviações, utilização de sinais e/ou códigos que lhe permitam anotar o menor número de palavras (ou melhor: unidades de sentido, segundo os ensinamentos de Heinz Matyssek, do Instituto de Interpretação de Heidelberg, Alemanha) possível, retendo na memória a maior quantidade de informações possível; deve-se destacar que o intérprete consecutivo fará o *mesmo* discurso ouvido e anotado que, todavia, acabará sendo um *novo* discurso, não no sentido em que será transformado ou distorcido, mas pela nova roupagem lingüístico-cultural em que estará envolvido;
- c) interpretação simultânea: ao contrário do intérprete consecutivo, que se expõe de cara limpa diante de um público, o intérprete simultâneo realiza o seu trabalho em geral sob a proteção do anonimato que lhe é emprestado pelas cabinas de interpretação; apesar de não ter de enfrentar o problema de encarnar física e psicologicamente a pessoa do palestrante, o intérprete simultâneo tem de entrar em uma perfeita sintonia psíquica com a alma e o espírito e, sobretudo, com a voz, a fala e o discurso do palestrante, afinal realiza a sua tarefa de interpretar ao mesmo tempo em que ouve; este ofício exige, portanto, um tipo de concentração (e treino) especial, já que o intérprete estará exercendo diferentes funções ao mesmo tempo: ouvindo material lingüístico-cultural numa língua A, fazendo exegese do material recém ouvido e, ao mesmo tempo em que já ouve novo material, transmitindo o material recém captado para uma língua B, sem deixar de observar aspectos lingüísticos, culturais, estilísticos, formais, semânticos, idiomáticos etc.; se o seu colega de interpretação consecutiva vê-se às voltas com problemas que vão desde a postura diante da platéia até as questões formais de discurso e colocação da voz para ênfase de determinado ponto do texto, o intérprete simultâneo tem de lutar, dentre outras coisas, contra fatores diversos, tais como velocidade de fala, qualidade técnica da aparelhagem utilizada ou ainda qualidade do discurso (textos coerentes e coesos, vocabulário claro etc.);
- d) interpretação sussurrada: este tipo de interpretação assemelha-se a uma situação de simultânea, só que sem cabinas, dirigida a um reduzidíssimo número de pessoas que, em geral, estão presentes na platéia para assistir a uma

conferência (discurso ou palestra) proferida em uma língua que não entendem e para a qual não haverá interpretação consecutiva ou simultânea; para se suprir essa falha, os interessados contratam um intérprete que, ao mesmo tempo em que ouve a palestra em uma língua A, irá sussurrar aos interessados o conteúdo ouvido transpondo-o para uma língua B; pode-se muito bem imaginar o tipo de problemas que envolvem este tipo de interpretação, tais como: influências de ruídos (sempre há alguém conversando na platéia) ou ainda o grande esforço para as cordas vocais do intérprete, já que terá de manter a voz em uma altura tal que não incomode nem o palestrante nem a platéia, mas que possa ser ouvido pelos que o contrataram.

Esta diversidade de modalidades praticadas está também muito ligada ao ensino de interpretação, sobretudo se tomarmos como exemplo a tradição européia, onde, em muitos casos, os cursos de Interpretação (e de Tradução) são totalmente dissociados dos cursos de Letras ou Filologia.

A título de exemplo, vejamos o ano de criação de alguns institutos de interpretação e tradução: Escola de Tradução e Interpretação de Genebra (Suíça), criada no ano de 1941; Instituto de Formação de Tradutores e Intérpretes da Universidade de Viena, em 1943; Instituto de Tradução e Interpretação de Garmersheim, Alemanha (hoje anexado à Universidade de Mainz), 1945. Como se pode ver, os três institutos (poder-se-iam citar outros exemplos, como o Instituto de Tradução e Interpretação de Heidelberg, Alemanha) surgiram sob a marca da Segunda Grande Guerra. E foi esta mesma guerra que viria a dar um grande impulso a uma área de interpretação: a simultânea.

O Processo de Nurembergue (20.11.1945 a 01.10.1946), realizado para julgar os criminosos nacional-socialistas, é visto por muitos como um dos pontos decisivos para a implantação definitiva da interpretação simultânea no mercado de comunicações interlinguais/interculturais em escala mundial. Não se pode negar, entretanto, que as informações existentes acerca da origem da interpretação simultânea apontam para uma outra data como ponto de partida da interpretação simultânea:

*Atribui-se a invenção da cabina de interpretação simultânea a um homem de negócios estadunidense, Eduardo Filene, que, em cooperação com o eletrotécnico Gordon Finlay e com o apoio de Thomas Watson, diretor da IBM (International Bureau Machines), desenvolveu o sistema Filene-Finlay-IBM. Tal sistema era comparável a uma cabina telefônica portátil. Havia microfones para o palestrante e para o intérprete. Os ouvintes dispunham de fones de ouvido e podiam acessar o canal de interpretação desejado. Por conta do grande número de cabos e fios necessários, esse sistema de interpretação simultânea apresentava uma série de problemas, além de exigirem técnicos muito bem treinados e experientes no seu manuseio. (Kurz, 1996:20)*

Segundo Kurz, o novo sistema foi utilizado na Assembleia-Geral da Conferência Internacional do Trabalho (OIT) realizada em 1927, apesar de os trabalhos nas comissões terem sido realizados com o auxílio de intérpretes consecutivos. A autora cita ainda outras importantes datas para o advento e implantação da nova técnica em diferentes países: Conferência Mundial de Energia, realizada em Berlim no ano de 1930, XV Conferência Internacional de Fisiologia (palestra inaugural proferida por Pavlov), realizada em Leningrado em 1935 e Conferência Internacional de Energia em Viena no ano de 1938. Além disso, aponta o fato de um discurso de Hitler ter sido interpretado simultaneamente para a rádio francesa no ano de 1934 por André Kaminker, “um grande intérprete do período compreendido entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial” (Kurz, 1996:21).

Ressalte-se que não foi pequena a rejeição sofrida pela nova tecnologia, sobretudo, é claro, por parte dos que praticavam - e dos que professavam - a interpretação simultânea. O grande impulso a favor da interpretação simultânea veio realmente com o Processo de Nurembergue (Alemanha) que foi uma das primeiras situações em que a Humanidade viu-se realmente diante da necessidade de um tipo de interpretação mais rápido e eficaz. Não se pode dizer que a interpretação consecutiva, quando bem realizada, seja ineficaz, mas é sabido que uma hora de palestra com interpretação consecutiva demandará, na realidade, um total de duas horas de palestra, o que não acontece ao se recorrer à interpretação simultânea.

No caso extremo de Nurembergue, deve-se lembrar que havia vários grupos que necessitavam entender o que estaria sendo discutido em algumas línguas diferentes: representantes da Justiça, réus, imprensa, público em geral, etc. Não obstante, como ressalta Kurz (1996:23), a necessidade de comunicação já começava entre os próprios juízes, oriundos de diversos países e falando diferentes idiomas. Veja-se a seguinte descrição feita pela autora sobre os aspectos técnicos:

*Havia um canal para a língua original e quatro canais destinados à interpretação para as quatro línguas oficiais (alemão, francês, inglês e russo). Os participantes podiam escolher o canal desejado e fazer a recepção via fones de ouvido.*

*Na sala do tribunal, havia seis microfones: quatro para os juízes, um para o banco de testemunhas e um para a tribuna. Além disso, os intérpretes podiam fazer um sinal aos oradores, através de pisca-piscas de diferentes cores, solicitando que falassem mais lentamente ou que repetissem algo.*

*As cabinas estavam posicionadas de tal forma na sala que os intérpretes podiam ver à sua frente, do lado direito, os réus de perfil. A tribuna e a acusação também ficavam à vista dos intérpretes. A mesa dos juízes podia ser igualmente visualizada pelos intérpretes à sua esquerda. A tela e o banco de testemunhas, por sua vez, não eram visíveis aos olhos dos intérpretes.*

Enfatize-se, aqui, que estes intérpretes, em sua grande maioria, não tinham passado por nenhum curso de formação em interpretação, muitos deles estavam enfrentando aquele tipo de tarefa pela primeira vez. Por outro lado, cada intérprete interpretava sempre exclusivamente para a sua língua materna, medida que ainda hoje, em algumas organizações internacionais (p.ex. União Européia) é seguida. Kurz (1996:24) destaca o fato de se ter tentado manter a velocidade de discurso em sessenta palavras por minuto, o que equivaleria à velocidade de ditado, a fim de, desta forma, diminuir o peso da árdua tarefa, sobretudo se se levar em conta que não se tratava de temas em nada agradáveis.

Como consequência do Processo de Nurembergue, houve um crescente interesse pela interpretação simultânea, afinal de contas o Processo teve repercussão mundial. Na Europa, os primeiros institutos de formação de intérpretes a implantar a disciplina de interpretação simultânea foram o de Genebra e o de Viena (cf. Kurz, 1996: 30-32). Em Genebra, ofereceu-se a disciplina primeiramente a título de experiência no ano de 1950, para, em 1951, introduzi-la oficialmente no catálogo de ofertas daquela renomada instituição. Em Viena, já se haviam experimentado rudimentos de cabina de simultâneo no final dos anos quarenta, embora a implantação de uma aparelhagem para fins de exercícios práticos só tenha sido realidade prática a partir do início dos anos cinquenta.

No momento atual, quando, em todo o mundo, a todo instante, realizam-se reuniões internacionais, é quase impensável, mesmo em uma era marcada pelo advento do inglês como língua franca, poder-se prescindir do emprego de intérpretes para se atingirem os objetivos de trabalho propostos. Nos países industrializados, é comum existirem cursos superiores de formação de intérpretes em institutos separados dos cursos de formação em Letras ou Filologia, dando-se, além desta tônica, também uma especial atenção à divisão, a partir de determinada etapa de um curso geral, entre os campos da tradução e da interpretação (apesar de as disciplinas serem intimamente ligadas), bem como a exercícios diferenciados voltados para os diversos tipos de interpretação, notadamente interpretação consecutiva e interpretação simultânea.

Nestes vários séculos de existência da Humanidade, vê-se, pois, que o mundo ainda não pôde - e nem ainda pode - dispensar profissionais de tanta valia que servem de ponte entre culturas, línguas, economias, políticas, religiões, enfim, entre mundos os mais diversos e singulares.

## BIBLIOGRAFIA

ARNAUD, Vicente Guillermo. (1958). *Historia y legislación de la profesión de traductor público*. Buenos Aires: E.G.L.H.

- BUENO, Eduardo (1998). *A Viagem do Descobrimento. A verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- \_\_\_\_\_. (1998). *Náufragos, Traficantes e Degredados. As primeiras expedições ao Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Capitães do Brasil. A saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- CAMBPELL, Armando de Salmont (1983). Tradutores públicos e traduções juramentadas no Brasil. In: *A Tradução técnica e seus problemas*. Ed. Waldívia Marchiori Portinho, São Paulo: Editora Álamo, p. 107-146.
- DELISLE, Jean & Woodsworth, Judith (1995). *Translators through history*. Amsterdam, John Benjamins.
- KURZ, Ingrid (1996). *Simultandolmetschen als Gegenstand der interdisziplinären Forschung*. Wien: WU-Universitätsverlag.